



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 3 de dezembro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceu a unanimidade dos vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Ricardo Seidel Guimaraes, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Meireiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Verificado quórum regimental, o vereador Adriano Lima Brito procedeu à leitura dos versículos de 1 a 6 do capítulo 27 do livro de *Provérbios da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 42ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura, momento em que informou que, em virtude da insuficiência de quórum, ficaria adiada a apreciação das atas das duas sessões anteriores. Logo depois, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior declarou iniciado o momento reservado às homenagens e transferiu a condução ao cerimonial da Casa, a fim de proceder à entrega das Moções de Aplausos previstas no Ato Solene. A cerimonialista Andreia Epifânio Saraiva informou que, nos termos da alínea a dos §§ 1º e 2º do art. 226 do Regimento Interno, e após anuência do Plenário, esta Câmara encaminhara Moção de Aplausos ao projeto “O Som do Silêncio”, desenvolvido na Escola Bilíngue para Surdos Professor Telasco Pereira Filho, sob coordenação do professor de música Marques Jones de Oliveira e gestão de Elisandra Lima, com apoio da Prefeitura de Imperatriz, da Secretaria Municipal de Educação e de parceiros institucionais, entre eles o Rotary e a Casa da Amizade. A proposição fora apresentada pelo vereador Rubem Lopes Lima. Em seguida, a cerimonialista convidou os estudantes da Escola Bilíngue para realizar apresentação musical ao público presente. Na tribuna, o professor Marques Jones de Oliveira relatou que, desde 2019, a equipe pedagógica vinha desenvolvendo trabalho pioneiro de musicalização com crianças surdas, inicialmente pesquisando métodos alternativos até consolidar prática baseada na leitura de partituras e uso de equipamento luminoso para orientação de tempo e ritmo. Explicou que o dispositivo permitia regular a velocidade das luzes, possibilitando que os estudantes executassem as peças musicais com precisão. Afirmou que o resultado simbolizava a capacidade de superação e inclusão das crianças e, ao final, convidou o grupo para interpretar a canção “Lugar Secreto”, de Gabriela Rocha, sob aplausos dos presentes. Encerrada a apresentação, a cerimonialista convidou o vereador Rubinho Lima para realizar a entrega da honraria ao professor Marques Jones e à gestora Elisandra Lima Carneiro. O presidente Adhemar Freitas Júnior parabenizou o proponente pela iniciativa e destacou a relevância do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

projeto, ressaltando a dedicação da equipe escolar e o impacto inclusivo da proposta pedagógica. Na sequência, convidou a professora Elisandra Lima Carneiro para manifestar-se. A professora Elisandra Lima Carneiro agradeceu, em nome da escola, a homenagem desta Casa, lembrando o trabalho histórico da professora Maria Ivanilde, pioneira da educação bilíngue em Imperatriz. Assinalou que a instituição alcançara reconhecimento nacional, contando com o primeiro grupo de robótica feminino composto por mulheres surdas do Brasil, além de conquistas recentes em competições paralímpicas, com três medalhas obtidas por alunas surdas. Enfatizou que a escola promovia equidade linguística, garantindo aos estudantes o direito à presença da Língua de Sinais em todos os espaços. Concluiu afirmando, emocionada, que “o surdo pode tudo”, sendo a apresentação musical testemunho concreto dessa afirmação. O presidente Adhemar Freitas Júnior agradeceu a manifestação e devolveu a palavra ao cerimonial. A cerimonialista Andreia Epifânio Saraiva, prossequindo na ordem das homenagens, anunciou a entrega da Moção de Aplauros à UNISULMA, também fundamentada nos §§ 1º e 2º do art. 226 do Regimento Interno e aprovada pelo Plenário. A distinção, de autoria do vereador Rubinho Lima, reconhecia os relevantes serviços prestados pela instituição, por meio de seus 16 projetos de extensão, e dos atendimentos jurídicos gratuitos ofertados pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, destacando ainda o impacto social do projeto Sala Lilás, voltado à proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade, e o projeto de conscientização ambiental desenvolvido pela universidade. Convidou, então, o proponente para proceder à entrega da honraria ao coordenador do curso de Direito, Dr. Lucas Lucena Oliveira, representando a UNISULMA. Após registro fotográfico e entrega de certificados a colaboradores da instituição, convidou-se o homenageado para fazer uso da tribuna. O professor Lucas Lucena Oliveira agradeceu à Câmara pelo reconhecimento e afirmou que a UNISULMA se alegrava profundamente com a distinção, uma vez que o trabalho desenvolvido não era fruto de esforços isolados, mas resultado de ação coletiva envolvendo direção, coordenações, docentes e estudantes. Sublinhou que os projetos de extensão constituíam instrumentos de transformação social, permitindo que pessoas historicamente invisibilizadas pudessem acessar direitos, serviços e oportunidades antes negados. Destacou o papel do projeto Sala Lilás no acolhimento de mulheres vítimas de violência, as ações voltadas a idosos e famílias vulneráveis, bem como o atendimento gratuito realizado pelo núcleo de práticas jurídicas a dezenas de famílias de baixa renda. Afirmou que a instituição não precarizava o ensino e não “vendia diplomas”, mas assumia compromisso com formação crítica e de qualidade. Encerrou agradecendo aos professores, estudantes, gestores e à comunidade, reconhecendo que a universidade cumpria seu papel ao promover ensino, pesquisa, extensão, justiça social e educação ambiental. O presidente Adhemar Freitas Júnior parabenizou o professor e a instituição, reafirmando o mérito da homenagem e devolvendo a condução à cerimonialista. A seguir, a cerimonialista anunciou a entrega da Moção de Aplauros aos policiais militares soldado Yuri Silva e soldado Sidney Costa, pela neutralização de ameaça e apreensão de arma de fogo, reconhecendo a bravura e o compromisso dos militares com a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

segurança da comunidade. Destacou que a proposição fora apresentada pelo vereador Sargento Adriano, convidado para realizar a entrega aos homenageados. Após cumprimentos, o presidente convidou o soldado Yuri Silva para manifestar-se na tribuna. O policial agradeceu, em nome do 2º Batalhão de Motopatrulhamento Tático, ao comandante e subcomandante da corporação, bem como ao vereador Sargento Adriano pela indicação. Ressaltou que o policial militar atua 24 horas por dia, mesmo durante a folga, razão pela qual a guarnição pôde intervir prontamente na ocorrência que resultara na homenagem. O presidente Adhemar Freitas Júnior reiterou as congratulações à Polícia Militar do Maranhão e devolveu a palavra ao cerimonial. Na sequência, a cerimonialista chamou ao Plenário todas as fonoaudiólogas e fonoaudiólogos do município, anunciando a entrega da Moção de Mérito ao Conselho Regional de Fonoaudiologia, representado pela Dra. Emília Lopes, conforme a alínea h dos §§ 1º e 2º do art. 226 do Regimento Interno, em homenagem ao Dia do Fonoaudiólogo, celebrado em 9 de dezembro. Listou as profissionais presentes e convidou o vereador Rubinho Lima, autor da proposição, para entregar a honraria. Em seguida, o presidente convidou a Dra. Emília Lopes para o pronunciamento oficial. A profissional destacou a importância social da fonoaudiologia, recordou o trabalho das pioneiras que introduziram a área em Imperatriz e homenageou as diversas gerações de profissionais que consolidaram a presença da fonoaudiologia em escolas, hospitais, clínicas e instituições públicas e privadas. Ressaltou que a profissão transforma vidas ao devolver autonomia, voz, sorriso e segurança aos pacientes. Encerrando, citou ensinamento de seu pai: “quem não vive para servir, não serve para viver”, afirmando que todas as profissionais ali presentes demonstravam esse compromisso em suas trajetórias. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, quando este informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Projeto de Lei Ordinária nº 25/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de segurança e cercas perimetrais nas escolas públicas municipais, e dá outras providências”; Projeto de Lei Ordinária nº 113/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, que “Proíbe os estabelecimentos do setor alimentício no Município de Imperatriz de cobrarem valores adicionais pela disponibilização de embalagens para acondicionamento de alimentos adquiridos e não consumidos no local”; Projeto de Lei Ordinária nº 124/2025, de autoria do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, que “Institui o Dia Municipal da Inclusão no Esporte e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo nº 93/2025, de autoria conjunta do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, do primeiro vice-presidente Rodrigo Silva de Medeiros Passos, do segundo vice-presidente Rubem Lopes Lima, do primeiro-secretário Wanderson Manchinha Silva Carvalho e do segundo-secretário Whelberson Lima



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Brandão, que outorga o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Leonardo Hiromitsu Matsuda; Projeto de Decreto Legislativo nº 92/2025, de autoria da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, que concede a Medalha do Mérito Legislativo – Barão de Coroatá ao Sr. Thiago de Oliveira Costa Pires. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias à referida Comissão Permanente. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de nove Indicações: Indicação nº 1040/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica da Rua Santa Rita, nos trechos entre as Rua Dom Pedro II com Rua Vilela e entre a Rua 7 de Setembro com a Rua Leôncio Pires Dourado, bem como da Rua Presidente Dutra, entre a Rua Vilela e a Rua Beta, ambas no Bacuri; Indicação nº 1056/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da execução de obra de drenagem das águas pluviais na Rua 10, no trecho compreendido entre a Rua Juscelino Kubitschek e a Rua Silvino Santis, no Parque São José; Indicação nº 1059/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Sul (via sem saída), no perímetro próximo da Rua do Cravo, no Parque Planalto II; Indicação nº 1073/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da implantação do modelo de gestão do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros na Escola Municipal Wady Fiquene, na Nova Imperatriz; Indicação nº 1096/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da construção e instalação de abrigo de ônibus adequado, com cobertura e assentos, na Avenida da Universidade (antiga Bayma Júnior), no Bom Jesus; Indicação nº 1101/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da execução de serviços de drenagem, com instalação de manilhas, e da pavimentação das Ruas A-4, A-7, D-9 e A-6 (ponto crítico, por estar no nível mais baixo), no Jardim Tropical; Indicação nº 1102/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da realização de estudo técnico aprofundado e, se for o caso, da adoção das providências necessárias para transformação da Rua Petrônio Portela em via de mão única, no trecho que liga a Avenida JK à Avenida Industrial, no Bom Sucesso; Indicação nº 1103/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (JP), ao prefeito



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para o bloqueamento da Rua Acácio Pereira de Castro, entre a Rua Bom Jardim e a Rua Santa Rita, no Santa Rita; Indicação nº 1104/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao gerente regional da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – Caema em Imperatriz, Pinheiro Júnior, da adoção, com a máxima urgência, das providências necessárias para regularização definitiva do abastecimento de água potável no Alto das Brisas (Vila Zenira). Nesta fase do Expediente da Casa, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 1040/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que tratava da pavimentação asfáltica da Rua Santa Rita, nos trechos entre a Rua Dom Pedro II e a Rua Vilela, e entre a Rua 7 de Setembro e a Rua Leôncio Pires Dourado, bem como da Rua Presidente Dutra, entre a Rua Vilela e a Rua Beta, todas no Bacuri. Em seguida, o autor da proposição argumentou sobre a relevância da matéria, assinalando que ainda havia vias carentes de recapeamento no Grande Bacuri. Explicou que, além da Rua Santa Rita, a Rua Presidente Dutra também necessitava de novos serviços e ponderou que o período chuvoso se aproximava, o que reforçava a urgência da intervenção. Acrescentou que diversos trechos do bairro haviam sido contemplados anteriormente e que a continuidade do trabalho aumentaria a trafegabilidade local, razão pela qual solicitava o apoio dos demais edis. Logo depois, o vereador Rubem Lopes Lima declarou apoio à proposição. O edil Amauri Alberto Pereira de Sousa afirmou que subscrevia a matéria e avaliou que, diante da relação institucional construída com o Poder Executivo, a demanda possivelmente já se encontrava em andamento. Adriano Lima Brito afirmou que solicitava permissão para subscrever a Indicação e, ao ensejo, lembrou que havia outras vias no Bacuri que também careciam de obras semelhantes, como a Rua Duque de Caxias e o término da Rua Vilela, demandas que já haviam sido encaminhadas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Amauri Alberto Pereira de Sousa, Adriano Lima Brito e Alcemir da Conceição Costa. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação nº 1040/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. A seguir, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 1056/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que tratava da execução de obra de drenagem das águas pluviais na Rua 10, no trecho compreendido entre a Avenida Juscelino Kubitschek e a Rua Silvino Santis, no Parque São José. Nesta oportunidade, o autor explicou que reiterava a necessidade de intervenção naquela via, observando que a comunidade lhe relatara dificuldades recorrentes. Relatou que estivera no local acompanhado de moradores e frisou que a drenagem adequada interligaria pontos críticos, contribuindo para solução de problemas históricos. Acrescentou que o secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, mantinha diálogo constante com os parlamentares, mas que ainda



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

faltava o atendimento prático das demandas encaminhadas. Por fim, concluiu defendendo a relevância pública da matéria. Instantes depois, o presidente abriu espaço para manifestações. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago avaliou que a drenagem profunda era urgente e subscreveu a matéria. Whelberson Lima Brandão afirmou que também a subscreveria, destacando que o parlamentar mantinha articulação positiva com o Poder Executivo. O edil Alcemir da Conceição Costa salientou a importância da obra por se tratar de solução definitiva aos problemas de alagamento. Rubem Lopes Lima afirmou que igualmente subscreveria a proposição. Francisco Messias da Silva parabenizou o autor e registrou sua adesão à subscrição. Também subscreveu a matéria o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 1056/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 1059/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, que tratava da pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua Sul (via sem saída), no perímetro próximo da Rua do Cravo, no Parque Planalto II. Na oportunidade, o autor assinalou que a Rua Sul encontrava-se em condições precárias e carecia de pavimentação urgente, destacando que a intervenção garantiria maior segurança aos moradores. Avaliou que o serviço era essencial para assegurar o direito de ir e vir, especialmente em período de chuvas. Em seguida, manifestou-se o edil Whelberson Lima Brandão, que solicitou permissão para subscrever a proposição e elogiou o autor pelo pleito apresentado. Como não se registrassem mais manifestações, o presidente submeteu a votação a Indicação nº 1059/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 1073/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, tratando da implantação do modelo de gestão do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros na Escola Municipal Wady Fiquene, na Nova Imperatriz. O autor declarou que a proposta atendia a pedido da comunidade escolar, ressaltando que modelos de gestão semelhantes haviam demonstrado bons resultados nas unidades onde já foram implantados. Assinalou que a Escola Wady Fiquene possuía corpo gestor experiente, o que favoreceria a adequação ao modelo pretendido, e avaliou que a disciplina e a organização poderiam contribuir para melhorias pedagógicas. Na sequência, o vereador João Ferreira da Gama Júnior afirmou que subscrevia a matéria, registrando que já havia apresentado indicação semelhante para outra unidade educacional. A vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado relatou que a política educacional municipal era inclusiva e que a proposta poderia fortalecer o ambiente escolar. Outros vereadores também se manifestaram, avaliando e comentando a pertinência da matéria. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os vereadores João Ferreira da Gama Júnior, Rosângela Aparecida Barros Curado e outros que se manifestaram nesse sentido. Como não houvesse mais pronunciamentos, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a referida Indicação, que foi aprovada pela



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

unanimidade dos edis participantes. A seguir, o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, expôs a discussão a Indicação nº 1104/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que tratava da adoção, pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema, das providências necessárias para a regularização do fornecimento de água potável no Alto das Brisas (Vila Zenira). O autor ponderou que a comunidade enfrentava sucessivas interrupções no abastecimento e que a falta de água afetava diretamente a dignidade das famílias. Avaliou que o direito ao acesso à água potável era essencial e relatou que o fornecimento local se dava por meio de poço administrado pela Caema, razão pela qual requeria providências urgentes do órgão estadual. Em seguida, a vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa registrou que também recebia inúmeras reclamações de moradores e solicitou permissão para subscrever a proposição. O edil Mesaac Cirqueira Santiago relatou que a situação perdurava havia muito tempo e que já houvera diálogo prévio com a companhia estadual, sem solução definitiva. O vereador Francisco Messias da Silva enfatizou que outros bairros também enfrentavam problemas estruturais relacionados ao abastecimento e defendeu maior rigor na cobrança institucional ao órgão. O edil Ricardo Seidel Guimarães avaliou que o município deveria discutir alternativas, incluindo eventual municipalização dos serviços, observando que a população buscava soluções urgentes. O vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ao ensejo, aprofundou a análise e assinalou que investimentos em saneamento básico trariam impactos positivos inclusive para a saúde pública. Ao voltar a fazer uso da palavra, o autor da matéria em discussão, Alcemir da Conceição Costa, ponderou que, ao se observar a mobilização de deputados estaduais e federais para encaminhar equipamentos e promover a perfuração de poços em Imperatriz, ficava evidente que a atribuição exclusiva da concessionária estadual de abastecimento de água não vinha sendo plenamente cumprida, a ponto de agentes políticos assumirem iniciativas que deveriam ser de sua responsabilidade. Acrescentou que, ao tratar da distribuição de água potável, estava-se diante de apenas um dentre vários deveres atribuídos à concessionária, reconhecendo, contudo, que o acesso à água potável constituía direito constitucional essencial. Na sequência, afirmou que ocorria diariamente no município um grave problema de natureza ambiental, caracterizado como crime federal, uma vez que a concessionária não realizava o tratamento adequado da água nem promovia a expansão da rede de esgotamento sanitário. Relatou que os riachos urbanos e o rio Tocantins recebiam, cotidianamente, esgoto in natura, em razão da ausência de tratamento e da limitação da rede existente, que alcançava apenas pequena parcela do esgotamento sanitário, situação que considerava extremamente danosa para a cidade. O vereador mencionou dados da Organização Mundial da Saúde, segundo os quais, a cada unidade monetária investida em saneamento básico, haveria economia significativamente maior nos gastos com saúde pública, ressaltando que muitas das viroses recorrentes, sobretudo entre crianças, poderiam ser evitadas com políticas efetivas de saneamento. Diante desse cenário, avaliou que se fazia necessária a discussão de alternativas estruturais, como a municipalização dos serviços ou a retirada da concessionária atual com



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

eventual terceirização, entendendo tratar-se de pauta que exigia amplo debate. Afirmou, entretanto, que, no momento, estava convicto de que a concessionária não poderia permanecer atuando em Imperatriz, destacando a ausência de transparência quanto aos valores arrecadados no município e aos investimentos realizados, bem como a inexistência de um plano público de atuação. Observou ainda que a utilização da rede de drenagem pluvial do Município como parte do sistema de esgotamento sanitário configurava prática irregular e agravava a poluição dos cursos d'água. Por fim, o edil Alcemir da Conceição Costa defendeu a realização de audiência pública para tratar do tema, com a convocação da concessionária, a fim de discutir, de forma célere, a possibilidade de rompimento unilateral do contrato. Lembrou que já havia mais de vinte ações judiciais propostas pelo Ministério Público ao longo dos anos contra a empresa, sem que se lograsse êxito em sua retirada do Município. Concluiu afirmando que a Câmara deveria iniciar esse debate, por ser o espaço institucional que recebia diariamente as demandas da população, colocando-se, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, à disposição para promover a audiência pública e contribuir para a construção de um encaminhamento que possibilitasse a revisão ou a ruptura do contrato vigente. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a Indicação nº 1104/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Indicação nº 1096/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, tratando da construção e instalação de abrigo de ônibus adequado, com cobertura e assentos, na Avenida da Universidade, antiga Bayma Júnior, no Bom Jesus. O autor explicou que a demanda havia sido apresentada por usuários do transporte público que aguardavam coletivos sob forte exposição solar. Assinalou que o ponto de parada correspondia a importante corredor de mobilidade estudantil e laboral, razão pela qual a estrutura de abrigo deveria atender às normas de acessibilidade e segurança. Relatou que a ausência de cobertura prejudicava especialmente idosos e trabalhadores que se deslocavam diariamente, e, por fim, defendeu a urgência da medida por seu impacto social imediato. Em seguida, manifestou-se edil Rubem Lopes Lima, que afirmou compreender a prioridade do pleito e relatou ter visitado o local em situação semelhante no mandato anterior. Whelberson Lima Brandão avaliou que a Avenida da Universidade recebera significativo fluxo de pedestres e veículos depois da reorganização do trânsito, o que justificava plenamente a medida. Rosângela Aparecida Barros Curado enfatizou que o abrigo também contribui para maior segurança, sobretudo no período noturno. Outros vereadores também comentaram a pertinência da indicação. Ao fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima se dispôs a subscrever a matéria. Como ninguém mais se manifestasse, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a Indicação nº 1096/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Logo depois, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, expôs a discussão a Indicação nº 1101/2025, de autoria do vereador



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Rodrigo Silva de Medeiros Passos, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, tratando da execução de serviços de drenagem, com instalação de manilhas, e da pavimentação das Ruas A-4, A-7, D-9 e A-6 (esta última ponto crítico por situar-se no nível mais baixo), no Jardim Tropical. O autor relatou que os moradores conviviam, havia anos, com dificuldades de circulação e episódios de alagamento durante o período chuvoso. Explicou que a topografia do bairro tornava indispensáveis obras de drenagem profunda, capazes de direcionar o escoamento para áreas de vazão adequada. Frisou que a pavimentação das vias complementava a solução definitiva e reduziria a evasão de materiais, lama e poeira. Ao ensejo, assinalou que havia dialogado com a pasta de infraestrutura e que aguardava atenção prioritária ao pleito. Em seguida, manifestou-se o edil Francisco Messias da Silva, afirmando que também recebera demandas do Jardim Tropical, reforçando a relevância da intervenção. Alcemir da Conceição Costa comentou que as manilhas existentes em ruas próximas já se encontravam saturadas, o que tornava a medida ainda mais necessária. João Ferreira da Gama Júnior avaliou que a solução integrada (drenagem e pavimentação) era a única capaz de evitar recorrência dos problemas. Outros vereadores corroboraram as falas, destacando a pertinência técnica da proposição. Como não houvesse mais pronunciamentos, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a Indicação nº 1101/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, expôs a discussão a Indicação nº 1102/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, tratando da realização de estudo técnico aprofundado e, se necessário, da adoção das providências cabíveis para transformar a Rua Petrônio Portela em via de mão única, no trecho que liga a Avenida JK à Avenida Industrial, no Bom Sucesso. A autora explicou que a via apresentava intenso fluxo e recorrentes pontos de estrangulamento no trânsito, sobretudo em horários de pico. Relatou que moradores e comerciantes lhe haviam procurado solicitando intervenção do município para melhorar a fluidez e reduzir riscos de acidentes. Avaliou que o estudo técnico da SUTRAN definiria a alternativa mais adequada, podendo contemplar sinalização, redefinição de sentido viário e adequações complementares. Por fim, assinalou que a medida poderia reorganizar a malha viária local de forma eficiente. Instantes depois, o vereador Whelberson Lima Brandão registrou que o Bairro Bom Sucesso crescera significativamente e que ajustes na engenharia de tráfego eram indispensáveis. Rodrigo Silva de Medeiros Passos observou que o reordenamento das vias favoreceria o comércio local e reduziria rotas de conflito. Ricardo Seidel Guimarães ponderou que mudanças de sentido devem ser acompanhadas de campanhas educativas para evitar acidentes. Outros parlamentares também apresentaram considerações favoráveis. Ao fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima se dispôs subcrever a matéria. Como ninguém mais se manifestasse, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a Indicação nº 1102/2025, que foi aprovada pela



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

unanimidade dos edis participantes. Em seguida, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, expôs a discussão a Indicação nº 1103/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, endereçada ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo (JP), ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, tratando da firmação de parceria para o bloqueamento da Rua Acácio Pereira de Castro, entre a Rua Bom Jardim e a Rua Santa Rita, no Santa Rita. O autor declarou que a pavimentação em bloquetes oferecia maior durabilidade em áreas sujeitas a alagamento e permitia manutenção mais econômica. Relatou que moradores reivindicavam o serviço há bastante tempo e que a obra facilitaria o fluxo de veículos e pedestres, eliminando a lama que se acumulava em períodos chuvosos. Afirmou ainda que a participação do deputado federal poderia viabilizar recursos complementares, o que justificava o pedido de parceria. Logo depois, o vereador Francisco Messias da Silva avaliou que a obra era prioritária e parabenizou o autor. Amauri Alberto Pereira de Sousa destacou que o bairro Santa Rita possuía diversas vias ainda carentes de urbanização e que o bloqueamento atenderia a aspectos ambientais e estruturais. O edil Rubem Lopes Lima recordou que obras semelhantes já haviam sido bem-sucedidas em outros bairros. A vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa afirmou que subscrevia a matéria por reconhecer a necessidade da comunidade. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os vereadores Jorgiana Pinheiro Sousa, Whelberson Lima Brandão e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, submeteu a votação a Indicação nº 1103/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo nº 57, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93 e 92/2025, todos referentes à outorga de Títulos de Cidadania Imperatrizense e à concessão da Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá. Neste ínterim, em virtude do horário adiantado, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, propôs a apreciação em bloco das matérias constantes da Ordem do Dia, proposta que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que constavam de Parecer Verbal Conjunto, nos termos do artigo 108 do Regimento Interno, das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, favoráveis aos Projetos de Decreto Legislativo constantes da Ordem do Dia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, franqueou a palavra aos parlamentares para a defesa dos Projetos de Decreto Legislativo. Inicialmente, fez uso da palavra o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que justificou os Projetos de Decreto Legislativo nº 77 e 78/2025, de sua autoria conjunta com o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, por meio dos quais se propunha a concessão da Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá ao senhor Daniel de Faria Jerônimo Leite e ao desembargador José de Ribamar



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Fróz Sobrinho. O parlamentar ressaltou que Daniel de Faria Jerônimo Leite era reconhecido por sua conduta ética, por sua trajetória de serviços prestados à cidade de Imperatriz e, em especial, pelo apoio constante a esta Câmara Municipal. Quanto ao desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, assinalou que o homenageado tinha se destacado pela aproximação do Judiciário com a população, levando a Corte a regiões mais distantes do Estado e contribuindo para tornar o acesso à justiça realidade concreta para pessoas historicamente desassistidas. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, parabenizou o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa pelas homenagens e registrou a relevância da deferência ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, agradecendo a oportunidade de subscrever as proposições conjuntas. Em seguida, fez uso da palavra a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, que defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 74/2025, por meio do qual se outorgava o Título de Cidadão Imperatrizense ao médico cardiologista Ricieri Cisto Verderosi. A vereadora lembrou que o homenageado, natural do Pará, escolhera Imperatriz como cidade para viver e construir sua trajetória profissional, atuando de forma pioneira na cardiologia local, inicialmente na clínica especializada em que trabalhara ao lado do médico Benny Camacho. Destacou que o cardiologista se tornara referência para diversas gerações de pacientes, sendo reconhecido tanto pela competência técnica quanto pela postura humana, e enfatizou que muitos moradores, especialmente aqueles com idade mais avançada, tinham, em algum momento da vida, passado por seu consultório. Assinalou, ainda, que Ricieri Cisto Verderosi, membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, era casado com a médica Isabel Verderosi, que igualmente prestava relevantes serviços à saúde da população, razão pela qual considerava mais que justa a concessão do Título de Cidadão Imperatrizense. Logo depois, fez uso da palavra a vereadora Terezinha de Oliveira Santos, que parabenizou a colega Rosângela Curado pela escolha do homenageado, relatando que também tivera a intenção de convidar o mesmo profissional para receber honraria desta Casa. A vereadora salientou que o médico se destacava pelo cuidado atencioso, pela serenidade no trato com os pacientes e pelo compromisso com a profissão, afirmando sentir-se extremamente feliz com a homenagem proposta e registrando seu apoio integral à concessão do título. Na sequência, passou a manifestar-se o vereador Whalassy de Oliveira Barros, que defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2025, por meio do qual se concedia a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá ao professor Erlandi Alves da Silva. O parlamentar cumprimentou os presentes e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelo canal oficial da Câmara Municipal de Imperatriz no YouTube, ressaltando que o homenageado possuía trajetória consolidada nas áreas do esporte, da cultura e da educação. Relatou que o professor atuava há cerca de 28 anos como educador social, com forte trabalho junto à juventude, e recordou, em tom pessoal, que fora seu aluno em tempos passados. Sublinhou que, além de carismático, o professor Erlandi desenvolvia atividades em escolas e projetos culturais, envolvendo modalidades esportivas como futebol, futsal, badminton, judô, xadrez e atletismo, entre outras, bem como iniciativas nas



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

áreas de dança e artes, com resultados visíveis na formação de inúmeros jovens. O vereador afirmou sentir grande alegria por poder homenagear o educador, destacando que o trabalho por ele desenvolvido vinha gerando conquistas em níveis estadual e nacional e ampliando oportunidades de crescimento para a juventude local, motivo pelo qual solicitou o apoio dos demais colegas para aprovação da honraria. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Alcemir da Conceição Costa, que defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 57/2025, alusivo à outorga do Título de Cidadã Imperatrizense à promotora de justiça Domingas de Jesus Fróz Gomes. O parlamentar explicou que a homenageada dedicara mais de quatro décadas ao Ministério Público, sempre marcada pela ética, firmeza e compromisso com a defesa dos direitos da população. Lembrou que, durante o período em que atuara em Imperatriz, Domingas de Jesus Fróz Gomes se empenhara em aproximar a instituição ministerial da sociedade, deixando registrado na cidade um legado incontestável de profissionalismo e humanidade. Por tudo isso, avaliou que a concessão do título era mais do que merecida e pediu apoio dos colegas para aprovação da matéria. Logo depois, fez uso da palavra o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 86/2025, alusivo à concessão da Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá à senhora Aline Castilho Araújo. O vereador relatou que a homenageada, nascida em Imperatriz, era casada havia aproximadamente três décadas, mãe de três filhos e avó de dois netos, e que se destacava pela coordenação, há cerca de 13 anos, do projeto Sopão Solidário, que atendia semanalmente pessoas na porta do Hospital Municipal de Imperatriz, conhecido como Socorrão. Explicou que o projeto distribuía, em média, quinhentos copos de caldo por semana a familiares de pacientes e pessoas em situação de vulnerabilidade, contando com o esforço coletivo de voluntários que se uniam em torno da iniciativa. Salientou que a homenagem se estendia também a todos que colaboravam com o Sopão Solidário e solicitou o apoio dos parlamentares para aprovação da honraria. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, aproveitou a palavra para registrar, de forma sintética, as justificativas de alguns de seus homenageados, entre eles o médico radiologista Ricardo Olivi Júnior, contemplado com Título de Cidadão Imperatrizense, a quem descreveu como um dos primeiros radiologistas da cidade, profissional zeloso e empreendedor em diversos setores, incluindo empreendimentos hoteleiros e imobiliários. Referiu-se, ainda, ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, destacando o esforço do magistrado em levar o tribunal a regiões longínquas, tornando o acesso à justiça mais próximo dos cidadãos, e à senhora Cláudia Renata Boni Cadore, profissional da área de inclusão que, à frente de clínica especializada, vinha contribuindo de modo decisivo para o atendimento de pessoas com necessidades específicas, fortalecendo vínculos com famílias e pacientes. Logo depois, retornou à tribuna o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que, além de reforçar as qualidades dos próprios homenageados, antecipou voto favorável às demais proposições apresentadas pelos colegas, registrando reconhecimento ao trabalho do desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho e do senhor Daniel de Faria Jerônimo



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Leite em favor de Imperatriz e do Maranhão, bem como dos demais conterrâneos indicados para títulos e medalhas. Na sequência, fez uso da palavra o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que defendeu o Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2025, alusivo à outorga do Título de Cidadão Imperatrizense ao empreendedor Valberto Ribeiro de Carvalho. O parlamentar relatou que o homenageado, proprietário do Shopping GV, possuía trajetória semelhante à de muitos que haviam chegado a Imperatriz acreditando no potencial econômico da cidade, tendo investido em momento em que parte da opinião pública duvidava do êxito do empreendimento. Assinalou que o Shopping GV se consolidara como importante polo comercial, refletindo a pujança do comércio local e contribuindo para geração de empregos e renda, e avaliou que, graças a empreendedores como Valberto Ribeiro de Carvalho, o comércio de Imperatriz vinha se fortalecendo e se reinventando. Concluiu, assim, que a homenagem consistia em justo reconhecimento não apenas ao empresário, mas à sua família e à história construída em benefício da cidade. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, esclareceu que a votação dos Projetos de Decreto Legislativo constantes da Ordem do Dia se daria em bloco, em única votação nominal, conforme já acordado pelo Plenário, facultando, contudo, a possibilidade de destaque individual de qualquer proposição, caso algum vereador assim o desejasse. Ato contínuo, o presidente iniciou a chamada nominal, colhendo o voto dos vereadores Jhony dos Santos Silva, Whalassy de Oliveira Barros, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Adriano Lima Brito, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Ricardo Seidel Guimarães, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e Adhemar Alves de Freitas Júnior, os quais por unanimidade declararam voto favorável às matérias. Encerrada a votação e verificada a inexistência de votos registrados pelo sistema híbrido, o presidente proclamou aprovados, por maioria qualificada e votação nominal unânime, os Projetos de Decreto Legislativo nº 57, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93 e 92/2025, constantes da Ordem do Dia. Logo depois de apreciada toda a Ordem do Dia, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a abertura das inscrições para o uso da tribuna no Grande Expediente. Encontravam-se inscritas as vereadoras Rosângela Aparecida Barros Curado e Terezinha de Oliveira Santos. Na sequência, o presidente advertiu os vereadores acerca do prazo final, na sessão seguinte, para apresentação de indicações de títulos e honrarias. Em seguida, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado ocupou a tribuna, cumprimentou o presidente e os presentes e relatou que subia à tribuna, em primeiro lugar, para agradecer a Deus e, também, aos colegas que estiveram com ela no encontro realizado em 19 de março, quando receberam em Imperatriz o senador Weverton Rocha. Nessa ocasião, explicou, solicitara ao parlamentar a destinação de recursos específicos para a realização de cirurgias cardíacas no município. A vereadora recordou que o grupo estivera reunido na Clínica Adriano, onde o Instituto Misericórdia Vult administrava o projeto Coração Valente Fidelis, e, logo depois, o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

senador destinara o montante de quatro milhões de reais voltado à execução das cirurgias cardíacas em Imperatriz. Assinalou tratar-se de iniciativa inédita no município, uma vez que procedimentos de alta complexidade, como os ligados à cardiologia cirúrgica, não competiam diretamente ao ente municipal, exigindo aporte financeiro específico para sua viabilização. Ressaltou, ainda, que diversos parlamentares já haviam tratado do assunto no plenário e que o colega Elias Ferreira de Holanda Júnior, por ser médico, frequentemente levantara questionamentos sobre o andamento do projeto. Informou que a Secretaria Municipal de Saúde concluía todas as etapas de planejamento, habilitando novos leitos de UTI, e que, na sexta-feira anterior, fora assinado contrato com o Instituto Misericórdia Vult, permitindo o início efetivo das cirurgias no Hospital Santa Mônica. Acrescentou tratar-se de referência inédita no Maranhão e salientou que Imperatriz passaria a dispor de duas frentes de atendimento: a eletiva, destinada aos pacientes da fila do TFD, e a de urgência e emergência, atendendo casos internos no Socorrão, no Hospital Macrorregional e na UPA. A vereadora destacou que os pacientes seriam convocados pelo sistema de regulação para renovação dos exames e que as equipes de cardiologia visitariam as enfermarias para avaliar a gravidade de cada caso. Explicou que, diante da longa espera de muitos pacientes – alguns havia mais de três anos –, o início do atendimento representaria alívio significativo, assegurando o direito à vida e reduzindo o fluxo de encaminhamentos para São Luís. Prosseguindo, registrou que, naquela manhã, recebera informação sobre a abertura da frente de urgência e emergência, que complementaria a assistência eletiva. Declarou esperar que, com o serviço implantado, bem como com a futura hemodinâmica do Hospital Regional, as filas por cirurgias cardíacas fossem reduzidas em todo o estado. Assinalou que a conquista era fruto da união da Casa e reiterou agradecimento ao senador pela destinação dos recursos. Afirmou, por fim, que o município buscava consolidar uma série histórica para habilitar, em definitivo, o serviço de cardiologia, lembrando que a cidade já contava com cirurgião cardíaco residente havia mais de dois anos. Ato contínuo, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa pediu aparte, o qual foi concedido. O parlamentar avaliou tratar-se de oportunidade ímpar para Imperatriz e agradeceu à vereadora Rosângela e aos vereadores que estiveram presentes na reunião com o senador, destacando também a presença do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior. Narrou que presenciara a comoção do senador ao tomar ciência da realidade da fila de cirurgias, marcada pela perda contínua de pacientes por falta de atendimento. Relatou experiência pessoal com o falecimento de seu pai por complicações cardíacas e frisou que muitas famílias não tinham condições financeiras para buscar tratamento na rede privada. Enfatizou que a destinação dos quatro milhões de reais permitiria salvar vidas, reduzindo o sofrimento de inúmeras famílias. Reconheceu, ainda, o esforço de outras lideranças parlamentares que destinavam recursos à saúde, reforçando que ações concretas – e não apenas discursos – aproximavam o poder público da população. Afirmou que o compromisso do senador com a cidade se manifestava em diversas frentes e que a parceria política em torno do desenvolvimento de Imperatriz continuaria a render frutos. Em seguida, o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

vereador Alcemir da Conceição Costa fez uso da palavra. Parabenizou a vereadora Rosângela pelo empenho e comentou que a população esperava resultados práticos do trabalho legislativo. Relembrou a realidade de sofrimento de pacientes que recorriam a campanhas e empréstimos para custear cirurgias na rede privada, apesar de contribuírem para o financiamento do SUS. Avaliou que a principal dificuldade não era apenas o deslocamento até São Luís, mas, sobretudo, a obtenção de vagas devido à extensa fila de procedimentos. Enquanto discursava, a vereadora Rosângela solicitou um aparte para apresentar dados comparativos: informou que o Pará, com cerca de oito milhões de habitantes, tinha oito serviços habilitados de cirurgia cardíaca, enquanto o Maranhão, com população semelhante, possuía apenas quatro. Explicou que o déficit comprometia o andamento da fila e congestionava leitos de urgência e emergência destinados a pacientes cardiológicos. Defendeu que a intervenção do senador, mediante emenda parlamentar, supria um vazio assistencial e reiterou que, esgotados os recursos da emenda, a fila voltaria a crescer caso o serviço não fosse habilitado em definitivo. Propôs, então, que a Câmara se unisse para defender a continuidade da assistência cardíaca. Na sequência, a vereadora Rosângela retomou a palavra para reforçar que a intenção da Casa sempre fora constituir uma série histórica que permitisse habilitação permanente do serviço junto ao Ministério da Saúde. Relatou que o senador já dialogara com o ministro e que a deficiência assistencial do estado justificava a habilitação. Explicou que não faltavam apenas estruturas físicas, mas equipes multiprofissionais completas e profissionais habilitados. Relembrou que, ainda em fevereiro, apresentara indicação ao Governo do Estado solicitando a descentralização do serviço de cardiologia e seu estabelecimento em Imperatriz. Contudo, avaliou que o caminho aberto pela emenda – permitindo série histórica e futura habilitação – era mais consistente, pois possibilitaria que Imperatriz contasse com dois serviços cardíacos: um mantido pelo estado e outro mantido pelo município. A vereadora foi parabenizada pelos colegas. Em seguida, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos solicitou aparte e destacou que a atuação da vereadora Rosângela transcendia o exercício tradicional do mandato. Explicou que a parlamentar, ao utilizar sua influência e respeito político, obtivera agenda com o senador e apresentara pauta de relevância coletiva, voltada exclusivamente ao bem-estar da população. Assinalou que a conquista resultara da capacidade de articulação da vereadora, que priorizara vidas em vez de demandas pessoais. Recordou a emoção do momento em que o senador e os vereadores presenciaram relatos sobre a fila de espera e frisou que a iniciativa mobilizara também o deputado presente, gerando ações complementares. Destacou que o gesto beneficiaria crianças e adultos e que Imperatriz deixaria de enviar seus moradores para outros centros em busca de tratamento. Parabenizou a vereadora, o senador e todos os envolvidos. Logo depois, a vereadora Rosângela voltou à tribuna para enfatizar o sofrimento dos pacientes que aguardavam cirurgia, muitos deles internados havia semanas. Observou que ordens judiciais acumulavam-se na mesa das autoridades de saúde e que cada uma representava uma luta pela vida. Ao concluir, agradeceu novamente aos colegas. Na sequência, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Lima, aparteu para reconhecer publicamente o trabalho da vereadora Rosângela. Afirmou conhecer os bastidores do processo, elogiou a determinação da colega e destacou que Imperatriz e toda a região seriam beneficiadas com o serviço. Ressaltou que a vereadora sempre se dedicara à vida pública com entrega pessoal e que seu esforço produziria impacto duradouro. Em seguida, a vereadora Terezinha de Oliveira Santos declarou não conhecer palavras suficientes para expressar sua gratidão. Comentou que os pronunciamentos dos colegas haviam demonstrado a confiança depositada na vereadora Rosângela e avaliou que Imperatriz fora enriquecida com a notícia anunciada. Mencionou o sofrimento de pacientes que aguardavam procedimentos havia dezenas de dias e pediu a Deus bênçãos para a vereadora, reconhecendo seu serviço e dedicação. Agradeceu e informou que faria sua manifestação completa na sessão seguinte. A vereadora Rosângela, por fim, agradeceu aos colegas e reafirmou que a conquista era coletiva. Reiterou que todos conheciam alguém que necessitava de cirurgia cardíaca e celebrava o fato de que, em breve, os pacientes seriam atendidos também no Hospital Regional, que passaria a contar com hemodinâmica e cardiologia. Nada mais havendo a tratar, o segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, encerrou a sessão com a bênção do Senhor Jesus Cristo e declarou que os trabalhos prosseguiriam no dia seguinte. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 3 de dezembro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário